

Pires

Campos, 35 anos depois

por José Casado
de São Paulo

Foram vinte minutos de um "duelo" verbal, ao velho estilo, sobre um tema que marcou preciosos momentos da juventude de ambos, há três décadas, mas que continua — agora na Constituinte — polarizando o debate sobre o futuro político do País: a abertura da economia ao capital estrangeiro.

Antigos adversários, o senador Roberto Campos, 69 anos, e o governador Valdir Pires, 60 anos, da Bahia, reencontraram-se ontem, em São Paulo, com as mesmas divergências de 35 anos atrás, quando o País discutia se melhor para o seu futuro seria abrir as fronteiras aos grupos petrolíferos estrangeiros ou, ao contrário, enfrentá-los, criando a Petrobrás e instituindo o monopólio estatal do petróleo.

O debate entre Campos e Pires, com um tom predominantemente ideológico, não poderia ser mais atual: ontem, no Rio, foi lançada a campanha nacionalista "O Petróleo é Nosso", com o objetivo de pressionar os constituintes a explicitar no texto da futura Carta a preservação do monopólio do petróleo — num ato que uniu, no palanque, o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, ao líder comunista Luiz Carlos Prestes.

Campos, que assessorou Getúlio Vargas no projeto da Petrobrás, considera a criação da empresa estatal, com seu caráter monopolístico, "um grave erro histórico, causa do nosso subdesenvolvimento".

Pires, cuja carreira política começou nas ruas de Salvador defendendo a criação da Petrobrás, decidiu revidar, diante da platéia de empresários: "Essa luta da minha juventude até hoje preserva a soberania nacional".

(Continua na página 6)

DEBATE

GAZETA MERCANTIL

Pires e Campos, 35 anos depois

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

O erro, insistiu Campos, foi concentrar decisões estratégicas para o futuro do País nas mãos da cúpula de uma única empresa, integrante do aparato estatal. "Esse caráter monopolístico da Petrobrás não estava no projeto de Vargas", argumentou.

A visão de Pires é outra: "Acho, ao contrário, que foi um dos passos mais acertados que este País já deu. O Brasil não tinha, como não tem ainda hoje, condições de exercer um monopólio privado do petróleo. Aliás, eu acho que o monopólio privado, que está na premissa da tese do senador, é a própria negação da essência do capitalismo, que é o regime da concorrência", ironizou.

Campos, mais adiante, fez questão de responder ao governador: "Ele diz que o monopólio foi essencial à soberania, até hoje. Eu quero dizer que, então, por esse raciocínio, países como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha... não souberam defender a sua própria soberania, porque eles não têm monopólio do petróleo, embora sejam constituídos por povos culturalmente desenvolvidos, que tinham riqueza e instrumentos suficientes para defender sua soberania".

Na platéia, os empresários que participavam do "forum" sobre a Ordem Econômica na Nova Constituição, promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo (Ajoesp), limitaram-se a sorrir.

A troca de farpas continuou. Para Campos, o País cometeu outros "três pecados" que se encontram na raiz do seu processo de subdesenvolvimento: "A construção de Brasília, porque isolou o governo do resto da Nação e destruiu a sensibilidade da burocracia para os problemas nacionais; a política de informática, que disseminou a reserva de mercado, cassando o direito de produzir, e o Plano Cruzado, cuja consequência foi a moratória e uma recessão soberana, digna como a moratória".

Ele acha que a "Nova República" cometeu um erro capital — o de "não reconhecer" que remanesce do regime militar a necessidade de um ajuste econômico interno. "Sim, porque em 1984 já estávamos com o ajuste externo feito."

Acrescentou: "Por não reconhecer isso, e repudiar o acordo com os credores estrangeiros, a 'Nova República' está pagando US\$ 1 bilhão ao ano, a mais, de juros da dívida. Tudo por causa de um fetiche de soberania do ministro Funaro (Dilson Funaro, ex-ministro da Fazenda), com o Fundo Monetário Internacional. O Plano Cruzado agravou tudo isso, porque criou uma cultura anti-



Roberto Campos

empresarial, com o governo chamando a atenção para a evolução dos preços, que era o sintoma, desviando o público do déficit público, a verdadeira causa".

Pires procurou revidar cada uma das afirmações: "A nossa crise é a crise da construção da democracia. Somos herdeiros de uma catástrofe de 20 anos, em que conduziu-se o povo a uma visão errada, a partir da racionalidade de números e de cifras. Uma das formas de colonização é exatamente a defesa de mecanismos como esse, de abertura ao capital estrangeiro".

"A verdade, é que as multinacionais nunca se anteciparam às necessidades de consumo do Brasil" — continuou. "Seus investimentos foram, sempre, reativos à necessidade premente de consumo. ora, o Brasil está na véspera de uma conquista fundamental. Vamos ter, na informática, uma tecnologia própria, contemporânea".

"Mas quero, aqui, lançar algumas indagações, que acho importantes: Que mérito temos nós em organizar, como foi feito nesses 20 anos de escuridão, uma economia que só atinge 30% da população, que nos tornou a sociedade mais conflitiva do planeta? E possível termos democracia verdadeira mantendo esse desequilíbrio de renda terrível que está aí?"

E concluiu: "O endividamento externo é gigantesco. Nós o herdamos. Mas, para que servi esse endividamento estúpido carregado de corrupção? Por que não fazer uma auditoria do Congresso sobre a dívida externa em vez de aceitar a auditoria externa, do FMI? A nossa crise é de reformas profundas na estrutura do país. Eu estou convencido de que ou fazemos essas mudanças em muito pouco tempo ou perderemos a batalha da democracia".

Campos, porém, não deixou escapar a oportunidade: "Sinto uma prevenção contra o capital estrangeiro, mas é bom lembrar que o Brasil se industrializou, nos anos recentes, com a Light and Power no lugar da Eletrobrás, e com os canadenses tocando o Porto de Santos e a Companhia Telefônica Brasileira".

Intervenção estatal polariza discussões

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

A inclusão na nova Constituição da jornada de trabalho de 40 horas semanais e da estabilidade no emprego polarizou o debate entre o líder pemedebista, senador Severo Gomes, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, no "fórum nacional sobre a nova ordem econômica", realizado ontem no Mofarrej Sheraton Hotel. A intervenção estatal na economia foi outro tema polêmico.

Joaquim Andrade defendeu a garantia constitucional da estabilidade e das 40 horas "contra a rotatividade de mão-de-obra no capitalismo selvagem que vive o Brasil".

O senador Severo Gomes lembrou que, quando a estabilidade no emprego foi substituída pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, os trabalhadores tiveram desvantagens, "portanto, algum tipo de estabilidade pode haver". Sobre a jornada de 40 horas, o senador acha que pode existir em alguns setores, "mas estes dois tópicos são impróprios para o texto constitucional".

Flávio Menezes foi mais enfático em sua crítica às duas garantias. Afirmou que o estabelecimento constitucional de jornada de 40 horas "proíbe o cidadão de trabalhar mais" e que a estabilidade, além de diminuir a oferta de emprego, prejudica o desenvolvimento tecnológico.

O presidente da CGT rebateu: "A estabilidade não

tem nada a ver com o desenvolvimento econômico e tende a se constituir na defesa do empresário contra a intervenção do Estado na economia".

Joaquim Andrade criticou duramente as novas medidas econômicas do governo. "Este arrocho salarial fará com que desçamos à maior recessão da História. Estão fazendo a política do FMI: comer menos para exportar mais. O Brasil não resgatou sua soberania".

O sindicalista tratou também das eleições diretas para a presidência da República. "Tivemos diretas em 1986 para governadores, deputados e senadores e estamos hoje amargando seus resultados, pois elegemos dois terços de conservadores, que estão fazendo uma Constituição para durar apenas um ano. É preciso não apenas haver eleições diretas, mas um processo de democratização e de redução da influência do poder econômico nas eleições".

Tal afirmação levantou um debate sobre a representatividade da Assembleia Constituinte, questionada pelo sindicalista, já que "a maioria da sociedade brasileira é de marginalizados, cujos interesses não estão representados pela maioria conservadora".

O presidente da sociedade Rural Brasileira discordou. "Embora o mecanismo usado nas eleições do ano passado não seja perfeito, foi válido".

Severo Gomes concordou, e acha que as divisões do PMDB são do partido e não da Constituinte.